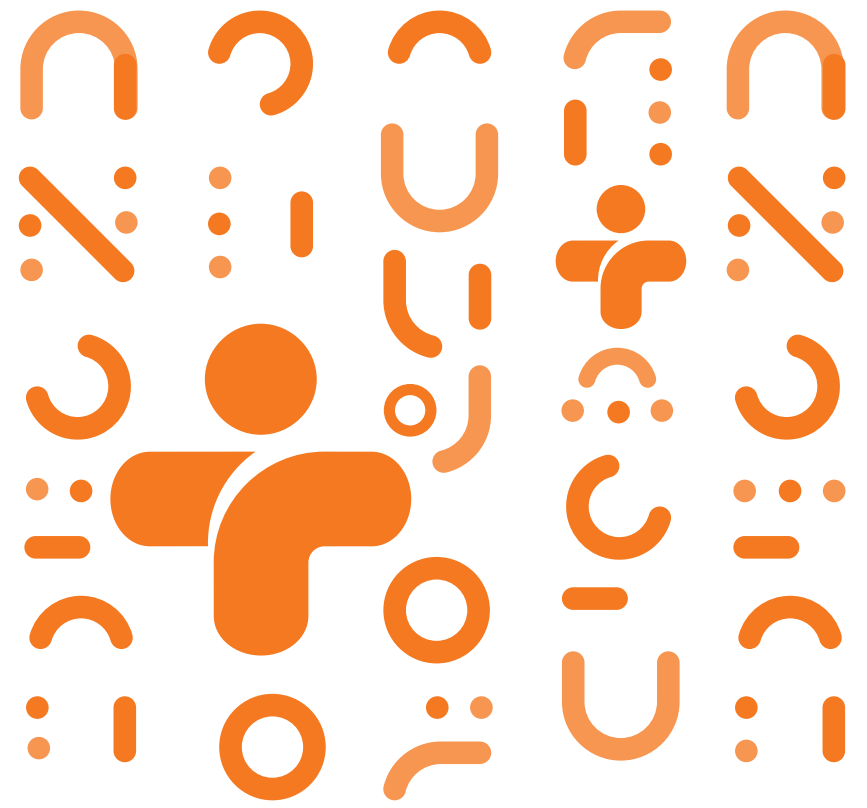


Demonstrativo **Financeiro** 2022







Relatório de **Administração**



Relatório de Administração

Em 2022 o panorama do mercado de saúde suplementar passou por grandes mudanças exigindo cada vez mais um nível elevado de adaptabilidade, impactado pelos altos níveis de utilização por parte dos usuários e mudanças incorporadas pela Agência Nacional de Saúde. Frente a este cenário, a Intermed (Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda, ANS 41639-8) buscou várias inovações e iniciativas afim de gerar soluções para o controle do aumento acelerado dos custos assistenciais e, assim, se manter atuante no mercado, gerindo uma carteira com mais de 30 mil vidas.

Com foco no controle da sinistralidade, a Intermed investiu em melhoria de processos, sistemas, engajamento e profissionalização dos colaboradores e principalmente, na atuação cada vez mais orientada as necessidades dos beneficiários. Somando-se a isso, aplicamos também novos modelos de negócio e de gestão com o intuito de criar parceiros comerciais na prestação de serviços, buscando um melhor equilíbrio entre as partes.

A. Política de destinação de lucros / superávits / sobras;

A INTERMED, empresa de capital social, foi fundada em 1995, sendo adquirida pelo grupo Unimed Teresina no ano de 2003. O seu Capital Social é de R\$ 1.062.821,64 (um milhão, sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos), divididos em 1.062.821,64 (um milhão, sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, em moeda corrente e legal do país, tendo sua distribuição em 99,56% para Unimed Teresina e 0,44% para a Federação Unimed Piauí.

A destinação de lucro é proporcional ao percentual de participação dos seus sócios. A distribuição será apurada anualmente conforme o saldo da conta lucros acumulados, e conforme deliberação societária, sendo levado em conta o saldo de caixa conjuntamente com o índice de margem se solvência exigida, então adiante é distribuído em moeda corrente aos seus quotistas, em 2022 o valor distribuído foi de R\$ 5.000.00,00 (cinco milhões de reais).

B. Negócios sociais e principais fatos internos e externos que tiveram influência na “performance” da sociedade no resultado do exercício;

Em 2022, com o foco no controle de custos e equilíbrio da sinistralidade, a Intermed implantou novos modelos de remuneração junto à rede prestadora, como o capitation realizado na especialidade de oftalmologia, assim como o lançamento de editais (Laboratórios e Serviços de imagem) afim de selecionar prestadores cada vez mais capacitados buscando um equilíbrio financeiro entre contratante e contratada, trazendo maior otimização da rede para o nosso cliente final.

A Intermed também realizou a contratação de um time de auditoria médica exclusiva para a operadora, potencializando sua atuação com novas regras de auditoria e regulação, trazendo

maior dinamismo a operação, com o intuito de diminuir o impacto negativo no beneficiário.

Como ferramenta de segurança e elegibilidade para os nossos clientes, foi reimplantada a biometria em todos os prestadores ativos da operadora, na capital Teresina e também nas cidades do interior que a Intermed possui rede credenciada.

Foi dado continuidade em 2022 ao cronograma de ações internas da Intermed, com estratégias de ações de endomarketing voltadas para propiciar um ambiente acolhedor, motivador e colaborativo, com foco no aumento de produtividade dos colaboradores.

A operadora fechou o exercício social com receita operacional (líquida de impostos diretos) R\$ 94,83 milhões, eventos indenizáveis líquidos e sinistros retidos em R\$ 74,98 milhões e as outras despesas operacionais R\$ 2,85 milhões, com resultado líquido em R\$ 9,29 milhões.

C. Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto;

A Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda - Intermed é controlada pela Unimed Teresina Cooperativa de Trabalho Médico, tendo os seus resultados refletidos diretamente no patrimônio da sua controladora em razão do método da equivalência patrimonial.

D. Investimentos da Operadora;

A Intermed buscou soluções modernas para se tornar mais acessível ao cliente, diante disso, houve o investimento e viabilização de atendimentos médicos e terapêuticos em novas modalidades como a implantação do Pronto atendimento digital, e tele consultas na Clínica Intermed. Ainda sobre novidades tecnológicas foi relançado o aplicativo da operadora “meu Intermed”.

Houve também o investimento na criação de ferramentas de gestão, produção de relatórios, Dashboards e reuniões estratégicas diárias utilizando metodologia ágil, afim de termos relatórios para o acompanhamento do desempenho da operadora da forma mais célere possível e assim ajustar a estratégia dentro do mês vigente.

Finalizamos o ano com imobilização líquida de R\$ 10,74 milhões. Sendo que as aquisições de bens corpóreos e incorpóreos no corrente ano foram respectivamente de R\$ 24 mil e R\$ 644 mil ativas ao patrimônio da entidade.

E. Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s);

O Planejamento Estratégico da Intermed para 2023 terá como objetivo a continuidade na redução de custo e controle de sinistralidade, focando na ampliação de modelos variados de remuneração da rede prestadora, primando pela definição na missão da empresa de proteger a saúde com o máximo de cuidado e atenção a um preço acessível.



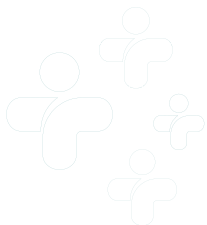
Além disso, está prevista a ampliação da rede de atendimento, com o lançamento de uma nova unidade da Clínica Intermed, internalizando cada vez mais os custos com consultas eletivas da carteira, a reestruturação de produtos afim de compatibilizar os produtos a seus tickets e serviços disponíveis, a capilaridade das vendas, de forma a sermos mais competitivos no mercado de baixo custo e novas e mais modernas ferramentas de relacionamento com o cliente.

Para os itens **F)** Resumo dos acordos de acionistas; **G)** Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento; **H)** Emissão de debêntures; e **I)** Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas conforme item 6.3.7 da RN 528/2022 declaramos as suas não aplicabilidade para a Operadora Intermed neste referido exercício social.

Teresina –PI, 15 de março de 2023.

Newton Nunes de L. Filho

Presidente dos Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda
CPF: 616.327.323-00





Demonstrações **Financeiras**



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		52.394.304,98	50.677.197,77
Disponível	Nota 6	797.084,57	857.045,50
Realizável		51.597.220,41	49.820.152,27
Aplicações Financeiras	Nota 7	48.908.308,50	47.460.573,20
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		21.322.578,13	19.219.505,94
Aplicações Livres		27.585.730,37	28.241.067,26
Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde	Nota 8	1.741.831,58	1.000.716,26
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		1.739.738,28	974.233,51
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		2.093,30	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	26.482,75
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	Nota 9	44.034,28	22.968,00
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 10	871.099,82	1.324.221,24
Bens e Títulos a Receber	Nota 11	30.013,21	11.673,57
Despesas Antecipadas		1.933,02	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.986.785,98	11.463.801,02
Realizável a Longo Prazo		65.218,63	40.763,37
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 12	65.218,63	40.763,37
Investimentos	Nota 13	68.054,00	62.281,56
Participações Societárias pelo Método de Custo		68.054,00	62.281,56
Imobilizado	Nota 14	10.744.963,08	10.793.132,60
Imóveis de Uso Próprio		10.000.000,00	10.000.000,00
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		10.000.000,00	10.000.000,00
Imobilizado de Uso Próprio		283.713,52	311.769,96
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		283.713,52	311.769,96
Outras Imobilizações		461.249,56	481.362,64
Intangível	Nota 15	1.108.550,27	567.623,49
TOTAL DO ATIVO		64.381.090,96	62.140.998,79

PASSIVO

		31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		20.760.117,70	21.761.575,78
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	Nota 16	18.574.183,68	18.128.005,30
Provisões de Prêmios / Contraprestações		1.849.829,44	1.611.547,94
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	Nota 16 "i)"	1.849.829,44	1.611.547,94
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	Nota 16 "ii)"	233.985,98	338.453,21
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores	Nota 16 "iii)"	7.089.046,25	7.618.079,49
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	Nota 16 "iv)"	9.401.322,01	8.559.924,66
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	Nota 17	119.282,86	63.752,02
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		68.393,01	63.752,02
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		50.889,85	-
Débitos com Operações de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	Nota 18	79.153,86	70.328,20
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	Nota 19	1.648.954,21	3.069.526,11
Débitos Diversos	Nota 20	338.543,09	429.964,15
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		712.108,59	1.850.827,01
Provisões		712.108,59	1.850.827,01
Provisões para Ações Judiciais	Nota 21	712.108,59	1.850.827,01
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.908.864,67	38.528.596,00
Capital Social	Nota 22.1	1.062.821,64	1.062.821,64
Reservas	Nota 22.2	923.561,58	923.561,58
Reservas de Reavaliação	Nota 22.2	6.919,94	6.919,94
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		916.641,64	916.641,64
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		40.922.481,45	36.542.212,78
TOTAL DO PASSIVO		64.381.090,96	62.140.998,79

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Newton Nunes de L. Filho
Presidente dos Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda
CPF: 616.327.323-00

Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/O

Newton Nunes de L. Filho
Presidente dos Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda
CPF: 616.327.323-00

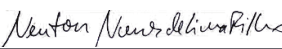
Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/O

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE

	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	94.835.157,59	91.550.985,98
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	97.192.809,60	94.124.798,36
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	97.192.809,60	94.124.798,36
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(2.357.652,01)	(2.573.812,38)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	(74.987.109,93)	(73.414.075,69)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(74.145.712,58)	(72.450.243,63)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(841.397,35)	(963.832,06)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	19.848.047,66	18.136.910,29
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	30,00	35,80
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	1.591.227,56	481.664,28
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	1.591.227,56	481.664,28
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(73.308,09)	(22.399,06)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(2.856.831,54)	(2.629.055,49)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(2.516.157,85)	(1.281.821,78)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(21.104,19)	(637,47)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	578.943,80	44.789,04
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(898.513,30)	(1.391.385,28)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	(1.610.084,28)	(1.584.267,05)
RESULTADO BRUTO	16.899.081,31	14.382.888,77
Despesas de Comercialização	(768.501,36)	(828.488,39)
Despesas Administrativas	(9.406.151,44)	(5.406.805,23)
Resultado Financeiro Líquido	5.755.710,67	684.104,19
Receitas Financeiras	6.239.440,17	1.020.165,93
Despesas Financeiras	(483.729,50)	(336.061,74)
Resultado Patrimonial	11.431,61	11.507,65
Receitas Patrimoniais	14.063,22	18.746,09
Despesas Patrimoniais	(2.631,61)	(7.238,44)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	12.491.570,79	8.843.206,99
Imposto de Renda	(2.371.116,83)	(2.508.299,45)
Contribuição Social	(824.669,00)	(911.627,80)
RESULTADO LÍQUIDO	9.295.784,96	5.423.279,74

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


Newton Nunes de L. Filho
 Presidente dos Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda
 CPF: 616.327.323-00


Josias Fernandes
 Contador – CRC
 CRC-RS/PI 052209/O

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Total	Total	
Lucro Líquido do Exercício	9.295.784,96	5.423.279,74
Ajustes Positivos de Exercícios Anteriores	84.483,71	3.009.065,48
Total do resultado abrangente do exercício	9.380.268,67	8.432.345,22

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	RESERVAS DE LUCROS				Lucros / Prejuízos Acumulados	TOTAL
Descrição das Mutações	CAPITAL SOCIAL	FUNDO DE RESERVA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE REAVLIAÇÃO		
Saldo Inicial em 01.01.2021	1.062.821,64	50.195,35	866.446,29	6.919,94	38.278.292,04	40.264.675,26
Resultado do Exercício	-	-	-	-	5.423.279,74	5.423.279,74
Ajustes Positivos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	3.009.065,48	3.009.065,48
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(10.168.424,48)	(10.168.424,48)
Saldo Final em 31.12.2021	1.062.821,64	50.195,35	866.446,29	6.919,94	36.542.212,78	38.528.596,00
Resultado do Exercício	-	-	-	-	9.295.784,96	9.295.784,96
Ajustes Positivos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	84.483,71	84.483,71
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(5.000.000,00)	(5.000.000,00)
Saldo Final em 31.12.2022	1.062.821,64	50.195,35	866.446,29	6.919,94	40.922.481,45	42.908.864,67

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


Newton Nunes de L. Filho
 Presidente dos Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda
 CPF: 616.327.323-00


Josias Fernandes
 Contador – CRC
 CRC-RS/PI 052209/O

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

MÉTODO DIRETO

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	95.553.180,98	93.304.933,25
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	10.207.872,46	63.187.546,02
(+) Outros Recebimentos Operacionais	2.259.295,77	1.235.029,35
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(74.538.478,79)	(73.355.172,26)
(-) Pagamento de Comissões	(768.501,36)	(828.488,39)
(-) Pagamento de Pessoal	(1.646.426,64)	(1.315.548,69)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(3.516.162,23)	(1.353.046,79)
(-) Pagamento de Tributos	(8.130.494,32)	(8.374.825,45)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(98.939,84)	(15.427,99)
(-) Pagamento de Aluguel	(208.067,43)	(295.211,25)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(798.356,43)	(614.029,88)
(-) Aplicações Financeiras	(6.150.000,00)	(59.620.703,65)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(6.563.572,50)	(913.641,24)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.601.349,67	11.041.413,03
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	-	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	7.695,64	16.175,93
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(24.256,64)	(62.746,33)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(644.389,60)	(594.198,89)
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(360,00)	(360,00)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(661.310,60)	(641.129,29)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(5.000.000,00)	(10.168.424,48)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(5.000.000,00)	(10.168.424,48)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(59.960,93)	231.859,26
CAIXA - Saldo Inicial	857.045,50	625.186,24
CAIXA - Saldo Final	797.084,57	857.045,50
Ativos Livres no Início do Período (*)	29.098.112,76	34.861.990,62
Ativos Livres no Final do Período (*)	28.382.814,94	29.098.112,76
Aumento / (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSO LIVRES	(715.297,82)	(5.763.877,86)

(*)Refere-se ao saldo do grupo Disponível acrescido dos saldos de Aplicações Livres (contas 1222 e 1312).

Newton Nunes de L. Filho
Presidente dos Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda
CPF: 616.327.323-00

Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/O

DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido	9.295.784,96	5.423.279,74
Ajuste ao resultado -	-	-
(+) Depreciação	69.794,55	62.224,88
(+) Amortização	103.462,82	26.575,40
(+) Ajuste Exercícios Anteriores	84.483,71	3.009.065,48
(+) Resultado na baixa de imobilizado	2.631,61	7.238,44
(-) Aumento nos investimentos (Juros e dividendos recebidos)	(14.063,22)	(18.360,57)
Saldo Ajustado	9.542.094,43	8.510.023,37
Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional		
Ativo		
(-) Aumento (+) Redução das Aplicações financeiras	(1.447.735,30)	3.217.025,32
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos	(741.115,32)	571.520,17
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionados a Planos	(21.066,28)	(6.240,00)
(-) Aumento (+) Redução de Créditos Tributários e Previdenciários	453.121,42	(862.767,04)
(+) Ajuste IRRF s/ Atividades de Investimento	955,14	-
(-) Aumento (+) Redução de Bens e títulos a receber	(18.339,64)	45.468,19
(-) Aumento (+) Redução de Despesas Antecipadas	(1.933,02)	-
(-) Aumento (+) Redução de Outras Valores e Bens Longo Prazo	(24.455,26)	4.011,22
Passivo		
(+) Aumento ou (-) Redução das Provisões Técnicas	446.178,38	144.379,13
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações de Assistência a Saúde	55.530,84	39.355,46
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	8.825,66	(87.028,44)
(+) Aumento (-) Redução das Provisões	-	-
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Contribuições a Recolher	(1.420.571,90)	(999.317,15)
(+) Aumento (-) Redução dos Débitos Diversos	(91.421,06)	233.490,10
(+) Aumento (-) Redução das Ações Judiciais com efeito no resultado do exercício	(1.138.718,42)	231.492,70
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.601.349,67	11.041.413,03

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Newton Nunes de L. Filho
Presidente dos Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda
CPF: 616.327.323-00

Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/O



Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1.CONTEXTO OPERACIONAL

O HOSPITAIS E CLÍNICAS DO PIAUÍ S/S LTDA - INTERMED é uma Sociedade Simples, Operadora de Planos de Saúde - OPS, tendo como objetivo disponibilizar ao mercado serviços médicos profissionais, assistência médica permanente a pessoas físicas e a grupos de pessoas pertencentes ao quadro de pessoas jurídicas legalmente constituídas no País – sejam elas de natureza pública ou privada – através de sua rede credenciada de atendimento.

A entidade é controlada pela Unimed Teresina Cooperativa de Trabalho Médico, tendo os seus resultados refletidos diretamente no patrimônio da Controladora em razão do método da equivalência patrimonial.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Intermed atua na comercialização de planos de saúde, firmando contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido, a serem atendidos em sistema de livre escolha de profissionais e rede credenciada. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob número 41639-8.

3.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância das Normas Brasileiras de Contabilidade, e obedecem ainda aos padrões da Agência Nacional de Saúde, conforme novo plano de contas estabelecido pela RN nº 528/2022, como também parcialmente os aspectos relacionados à lei 11.638/2007 e 11.941/2009.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2021, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN nº 528/2022, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais, de acordo com a NBC TG 03 (R2) e CFC NBC TG 03(R3).

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 15/03/2023, dada pela Diretoria Executiva da Controladora.

4.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração

O Intermed adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, avaliação de instrumentos financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos líquidos de IRRF quando aplicável auferidos até 31 de dezembro de 2022, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

As aplicações financeiras não foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa.

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde e Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos pois não possuem caráter de financiamento, sendo a contrapartida em: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares. A OPS constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO da RN nº 528/2022, considerando de difícil realização os créditos:

- a) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- b) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- c) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

e) Investimentos

O investimento em outra sociedade foi avaliado pelo custo de aquisição, trata-se da participação na instituição regulamentada denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Estado do Piauí – Sicredi Piauí.

f) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações foram calculadas pelo método linear sendo que as taxas estão demonstradas em Nota Explicativa específica do Imobilizado.

A OPS contratou em exercício anterior empresa especializada para adotar os procedimentos requeridos pela Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, sobre adequação e revisão da vida útil dos ativos e das taxas de depreciação e amortização, sendo que para este exercício revisou a vida útil destes e manteve os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

g) Ativo Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas em nota específica e de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e CFC NBC TG 04 (R4).

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Intermed e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

h) Operações de arrendamento mercantil - NBCTG 06 (R2) / IFRS 16

A Operadora avalia se um contrato é ou contém arrendamento e se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações, sendo tal avaliação realizada no momento inicial e aplicadas isenções para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor de acordo com a normativa vigente.

A operadora não identificou em suas operações, contratos de arrendamento mercantil e/ ou aluguel, que possam trazer impactos relevantes nas suas movimentações, sendo consideradas como isenção ou não aplicável devido a característica da operação as seguintes situações:

- *Aluguel de impressoras cuja contratação é o pagamento por cópias utilizadas, bem como de equipamentos de forma temporária e sob demanda, não caracterizando operação de arrendamento.*
- *Aluguel de imóveis (Terrenos) cujo prazo do contrato já se findou, e segue por prazo determinado, sendo que pode ser rescindido a qualquer tempo, bastando aviso de 30 dias, dessa forma, pela incerteza do prazo de continuidade dos contratos, não foram reconhecidos quaisquer efeitos nestas demonstrações, sendo que a administração vai acompanhar e avaliar a expectativa da continuidade destes contratos, e o efeito deles sobre as demonstrações, para contabilizá-lo caso os efeitos tenham*

relevância na contabilidade da operadora.

Desta forma para o atual exercício, tais operações foram consideradas como não aplicáveis no momento, para fins de avaliação da NBCTG 06.

i) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas CPC 01 (R1) e CFC NBC TG 01 (R4).

j) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa ANS RN nº 393/2015 (e alterações), inclusive a provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015, e alterações vigentes, e RN 528/2022.

k) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de suas operações, conforme mencionado em nota explicativa específica de Imposto de Renda e Contribuição Social.

l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da OPS e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a OPS possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis

e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a entidade questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

Na constituição das provisões, a Administração considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

n) Apuração de resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

As Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco (ou vencimento da fatura quando for o caso, ou então na emissão da fatura), quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

o) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

p) Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a Intermed está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são

controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da OPS acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

q) Normas Internacionais de Contabilidade

A operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Conselho Federal de Contabilidade, com exceção das normas e procedimentos não aprovados pela ANS em seu plano de contas padrão da RN 528/2022, das quais podemos destacar:

- NBC TG 03 (R3) – Demonstração do Fluxo de Caixa: consideração das aplicações como fluxo de caixa operacional;
- NBC TG 11 (R2) – Contratos de seguros: não aplicação desta norma;
- NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado e ITG 10 – Interpretação sobre aplicação inicial ao Ativo imobilizado e à propriedade para investimento: Não aplicação de avaliação a valor justo para esta classe de ativos;
- NBC TG 28 (R4) – propriedade para Investimento: Não aplicação de avaliação a valor justo para esta classe de ativos;
- NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre lucro: Aplicação da norma levando-se em consideração aspectos específicos definidos na RN 528/2022;
- NBC TG 48 – Instrumentos financeiros: Não aplicação desta norma e sim da NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros;
- NBC TG 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria: não aplicação desta norma.

5. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, NORMAS E INTERPRETAÇÕES, NOVAS E REVISADAS, JÁ EMITIDAS

No exercício de 2022 entrou em vigor o novo Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras, instituído pela RN 528/2022 e requereu a análise para adoção dos seguintes pronunciamentos:

5.1 - CPC 06 R2 (IFRS 16) - Arrendamentos (NBC TG 06)

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual,

isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

Não houve impacto sobre as demonstrações contábeis para o exercício 2022 advindas da aplicação do CPC 06 uma vez que a OPS, até o momento, não possui contratos sobre os quais sejam aplicáveis tal norma, ou, ou contratos cujos efeitos sobre as demonstrações são considerados irrelevantes, e serão avaliados para os próximos exercícios, caso seja necessário.

5.2 - CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de Contratos com Clientes (NBC TG 47)

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador,

A aplicação desta norma afetaria principalmente as operações de compartilhamento de risco, porém, Operadora Intermed não possui operações de compartilhamento de risco, não sendo necessárias modificações no que tange a contabilização destas operações corresponsabilidade cedida, para atendimento ao capítulo II do novo plano de contas da ANS (RN 528/2022).

6. DISPONÍVEL

a) Caixa e Bancos

Compõe a conta de Caixa e Depósitos Bancários os valores de R\$ 797.084,57 em 31/12/2022 e R\$ 857.045,50 em 31/12/2021.

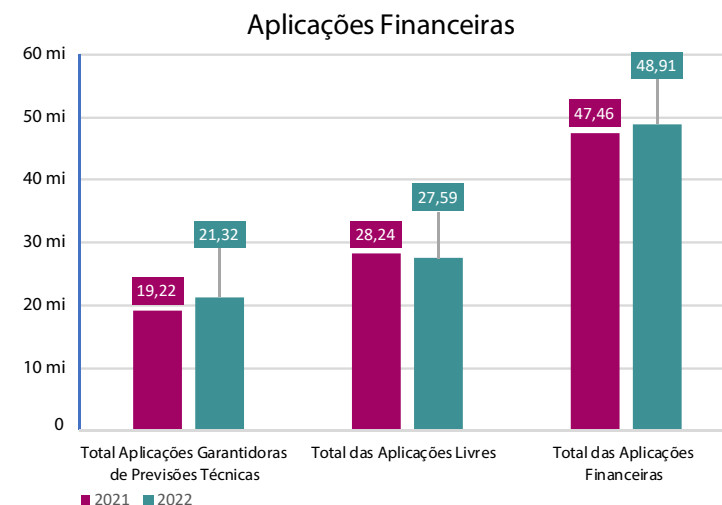
7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Intermed dividiu o valor de suas aplicações financeiras entre as principais instituições financeiras do mercado:

Aplicações Financeiras	2022	%	2021
Itaú - Renda Fixa FI (*)	4.804.446,56	9,82%	4.357.301,87
Itaú - Institucional Saúde RF (*)	3.791.757,81	7,75%	3.441.828,67
Itaú - Saúde RF Cred. Privado (*)	5.792.457,65	11,84%	5.189.731,98
Santander - ANS II (*)	6.933.916,11	14,18%	6.230.643,42
Total Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	21.322.578,13	43,60%	19.219.505,94
Unicred - RDC Master	0,00	0,00%	604.960,42
Itaú - Trust RF DI	918.302,91	1,88%	1.769.118,04
Sicredi RDC Exclusivo	114.915,87	0,23%	294.397,12
Itaú - KINEA ARKHE	0,00	0,00%	2.064.431,66
Itaú Mix Credito Privado	3.564.817,67	7,29%	2.442.481,08
Santander FI Master RF Cred Priv. LP	1.166.553,57	2,39%	1.048.461,73
Santander Ativo Renda Fixa	1.192.910,78	2,44%	1.105.084,21
Banco BTG Pactual	20.628.229,57	42,18%	18.912.133,00
Total das Aplicações Livres	27.585.730,37	56,40%	28.241.067,26
Total das Aplicações Financeiras	48.908.308,50	100,00%	47.460.573,20

(*) – Aplicações financeiras vinculadas a ativos garantidores, cuja movimentação segue regras definidas pela ANS;

A seguir representamos, em gráfico, o resumo da evolução das aplicações financeiras com posição em 31/12/2022 em relação a 31/12/2021:



8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A composição dos “Créditos de Operações de Assistência à Saúde” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos de Operações com Assistência à Saúde	2022	2021
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	4.937.318,29	3.139.179,28
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PPSC	(3.197.580,01)	(2.164.945,77)
Total de Contraprestação pecuniária	1.739.738,28	974.233,51
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados (b)	2.698,39	545,09
(-) Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados - PPSC	(605,09)	(545,09)
Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar (c)	0,00	27.457,89
(-) Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar - PPSC	0,00	(975,14)
Total dos créditos a receber	1.741.831,58	1.000.716,26

(a) O saldo da conta “Contraprestação pecuniária a receber” refere-se a valores a receber referente à créditos com planos de saúde da operadora.

(b) O saldo da conta “Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados” refere-se a valores a receber referente à créditos de coparticipação, que é o valor cobrado pela operadora ao beneficiário em razão da realização de um procedimento ou evento em saúde;

(c) O saldo da conta “Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar” refere-se a valores cobrados originados pela suspensão de reajuste ANS, em conformidade ao comunicado nº 85, que tratou da suspensão da aplicação dos reajustes de planos de saúde por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária, no período de setembro a dezembro de 2020, bem como em conformidade ao comunicado nº 87 que tratou da forma de recomposição dos efeitos de tais suspensões, tendo tais cobranças findadas em 2022.

A composição das contas “Contraprestações pecuniárias a receber” por idade de vencimento são:

Descrição	Contraprestação pecuniária	
	2022	2021
A Vencer:	4.387,49	2.201,66
Vencidas:	4.932.930,80	3.136.977,62
Até 30 dias	1.554.264,37	869.154,96
De 31 a 60 dias	306.608,98	249.081,78
De 61 a 90 dias	160.063,40	145.647,53
De 91 a 120 dias	2.911.994,05	1.873.093,35
Acima de 120 dias	0,00	0,00
Total	4.937.318,29	3.139.179,28

9. CRÉDITOS DE OPER. ASSIST. À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Referem-se a créditos com serviço de atendimento móvel de urgência e emergência em domicílio, oferecido pelo Sistema Unimed Teresina para os beneficiários dos planos de saúde Unimed e Intermed.

Contas a Receber de Prestação de Serviços Médico-Hospitalar	2022	2021
Contas a Receber - SOS Unimed Teresina	63.486,27	34.442,60
(-) PPSC SOS Unimed Teresina	(19.451,99)	(11.474,60)
Total dos créditos a receber	44.034,28	22.968,00

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A composição dos créditos tributários e previdenciários em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	2022	2021
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	392.763,14	302.790,03
Imposto de Renda a Compensar/Restituir	328.699,31	752.121,10
Contribuição Social a Compensar/Restituir	81.967,49	201.015,63
Créditos de PIS e COFINS	64.625,37	64.876,87
Imposto Sobre Serviços - ISSQN	3.044,51	3.417,61
TOTAL CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	871.099,82	1.324.221,24

11. BENS E TÍTULOS A RECEBER

A composição dos bens e títulos a receber está assim distribuída:

BENS E TÍTULOS A RECEBER	2022	2021
Almoxarifado	0,00	3.209,36
Adiantamentos a Funcionários	1.231,87	1.151,92
Adiantamentos a Fornecedores	864,96	0,00
Outros Títulos a Receber	27.916,38	7.312,29
Total de Títulos e Créditos a Receber	30.013,21	11.673,57

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a depósitos judiciais cíveis, cuja provisão para contingência encontra-se provisionada no passivo.

DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	2022	2021
Depósitos Judiciais – Cíveis	65.218,63	40.763,37
Total de Depósitos Judiciais e Fiscais	65.218,63	40.763,37

13. INVESTIMENTOS

A Intermed possui a seguinte participação societária:

PARTICIPAÇÕES	2022	2021
Sicredi Piauí (i)	68.054,00	62.281,56
Total de Participações	68.054,00	62.281,56

(i) - Investimento avaliado pelo custo de aquisição;

14. IMOBILIZADO

a) Quadro resumo

Contas Contábeis	2022				2021
	Taxa de Depreciação Média	Custo Original	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Valor Contábil Líquido - Final
Terrenos	0%	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00
Equip. de Informática	20%	155.911,56	(92.522,44)	63.389,12	72.219,48
Máquinas e Equipamentos	6,67%	122.631,24	(61.551,71)	61.079,53	66.614,45
Instalações	10%	46.634,18	(21.970,86)	24.663,32	29.286,80
Móveis e Utensílios	6,67%	247.774,91	(113.193,36)	134.581,55	143.649,23
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4,00%	502.822,46	(41.572,90)	461.249,56	481.362,64
Total do Imobilizado		11.075.774,35	(330.811,27)	10.744.963,08	10.793.132,60

O imobilizado está avaliado pelo custo de aquisição.

Parte dos bens utilizados nas operações da operadora HOSPITAIS E CLÍNICAS DO PIAUÍ S/S LTDA – INTERMED, que é controlada da Unimed Teresina Cooperativa de Trabalho Médico, estão registrados no Ativo Imobilizado da controladora, e as despesas com a depreciação destes ativos são reconhecidas integralmente no resultado da controladora. Por política da administração das empresas, não há reconhecimento de receita na controladora, e consequente despesa na controlada, decorrente destas operações, conforme contrato de mútuo celebrado entre as partes durante o exercício. O valor da depreciação registrado na controladora no exercício de 2022 calculado sobre estes bens, e outros bens móveis de menor valor, foi de R\$ 2.199,00. Os valores poderiam ser diferentes se praticados com partes não relacionadas, entretanto os ativos envolvidos estão pelo seu valor justo e o efeito nas demonstrações contábeis pode ser mensurado através das divulgações.

O quadro abaixo especifica, por localização, o valor da depreciação registrado na controladora no exercício de 2022.

Código	Descrição	Depreciação 2022
72	SEDE - INTERMED/NÚCLEO DE ATENDIMENTO	2.199,00
TOTAL DEPRECIAÇÃO 2022		2.199,00

b) Quadro resumo de movimentações

CONTAS CONTÁBEIS	2021	2022				
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor Contábil Líquido
Terrenos	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000.000,00
Equipamentos de Informática	72.219,48	17.432,47	(2.631,61)	(23.631,22)	0,00	63.389,12
Máq. e Equipamentos	66.614,45	2.009,50	0,00	(7.544,42)	0,00	61.079,53
Instalações	29.286,80	0,00	0,00	(4.623,48)	0,00	24.663,32
Móveis e Utensílios	143.649,23	4.814,67	0,00	(13.882,35)	0,00	134.581,55
Reforma em Imóveis de Terceiros	481.362,64	0,00	0,00	(20.113,08)	0,00	461.249,56
Total do Imobilizado	10.793.132,60	24.256,64	(2.631,61)	(69.794,55)	0,00	10.744.963,08

c) Recuperabilidade dos ativos

Conforme NBC TG 01 - Resolução CFC nº 1.292/10, a operadora efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo imobilizado com uma estimativa dos seus valores recuperáveis, levando-se em consideração a metodologia do valor em uso.

Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

15. INTANGÍVEL

a) Quadro resumo

Contas Contábeis	2022				2021
	Taxa de Amortização Média	Custo Original	Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido	Valor Contábil Líquido - Final
Softwares - Matriz	10%	1.238.588,49	(130.038,22)	1.108.550,27	567.623,49
Total do Intangível		1.238.588,49	(130.038,22)	1.108.550,27	567.623,49

Desde de 2021 a operadora alterou a forma de contabilização dos seus contratos de licenças de softwares, reconhecendo-os no seu ativo intangível, aonde até então os mesmos estavam sendo considerados diretamente no resultado, nas suas respectivas competências.

b) Quadro resumo de movimentações

CONTAS CONTÁBEIS	2021	2022				
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências	Valor Contábil Líquido
Softwares - Matriz	567.623,49	644.389,60	0,00	103.462,82	0,00	1.108.550,27
Total do Intangível	567.623,49	644.389,60	0,00	103.462,82	0,00	1.108.550,27

c) Recuperabilidade dos ativos

Conforme NBC TG 01 - Resolução CFC nº 1.292/10, a operadora efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo intangível com uma estimativa dos seus valores recuperáveis em conjunto com o ativo imobilizado, levando-se em consideração a metodologia do valor em uso.

Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

A RN 528/2022 determinou que as provisões para eventos a liquidar devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 521/2022, sendo opcional a vinculação para eventos que tenham sido avisados nos últimos 30 dias no caso de Operadora de Grande Porte e 60 dias para Operadora de Médio e Pequeno Porte.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

16. PROVISÕES TÉCNICAS

Eventos a Liquidar	2022	2021
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha - PPCNG (i)	1.849.829,44	1.611.547,94
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (ii)	233.985,98	338.453,21
Provisão de eventos a liquidar para Outros Prestadores (iii)	7.089.046,25	7.618.079,49
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)	9.401.322,01	8.559.924,66
Total de Provisões Técnicas	18.574.183,68	18.128.005,30
Curto prazo	18.574.183,68	18.128.005,30
Longo prazo	0,00	0,00
Total de Provisões Técnicas	18.574.183,68	18.128.005,30

I) Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

II) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS

Refere-se ao valor cobrado pela ANS referente ao ressarcimento ao SUS, onde o valor é contabilizado pelo extrato informado no site da ANS, que se divide em ABIs x %hc, Débitos Pendentes e Débitos Parcelados, sendo no caso da operadora, só há valores informados a títulos de ABIs x %hc.

ABIs x percentual histórico: informa o valor total dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) notificados à operadora de planos de saúde e ainda não cobrados pela ANS, multiplicado pelo percentual histórico de cobrança (%hc), que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados, com base nos ABI emitidos até 120 dias anteriores ao mês de referência.

III) Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. A ANS através da RN 393/2015 e alterações vigentes, que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação

Quadro demonstrativo de valores:

Provisão de Eventos a Liquidar	2022	2021
Prestadores – Médicos	56.072,73	38.010,90
Prestadores – Hospitais	2.631.728,18	2.266.256,33
Prestadores – Clínicas	3.602.574,08	4.591.658,67
Prestadores – Laboratórios	441.849,71	555.016,18
Prestadores – Fornecedor de OPME	137.306,55	49.453,34
Prestadores – Fornecedores de Home Care	211.790,00	77.863,88
Prestadores – Fornecedores Busca de Rede	3.890,00	39.820,19
Prestadores - Fornecedores PA Digital	3.835,00	0,00
Total Provisão de Eventos a Liquidar	7.089.046,25	7.618.079,49

IV) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

PEONA - Outros Prestadores: Regulamentada pela RN 393/15 da ANS, representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 8,5% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 10% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior.

A Entidade efetuou até 31 de dezembro de 2022 o cálculo da provisão de eventos ocorridos e não avisados que representa o montante de R\$ 8.261.388,82 (em 2021 R\$ 8.000.607,86), apurado por metodologia regulamentada pela RN 393/15, sendo a provisão contábil em 100% do montante exigido.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

PEONA - SUS: Também regulamentada pela RN nº 393/2015 e alterações vigentes, a Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS, é referente à estimativa do montante de eventos originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham



ocorrido e que não tenham sido avisados à OPS. A PEONA - SUS deverá ser constituída com base em metodologia atuarial consistente, utilizando base de dados da própria operadora. Caso a OPS não possua metodologia atuarial que atenda aos requisitos da presente RN, deverá observar, para cálculo da PEONA - SUS, fornecido pela Agência Nacional de Saúde. A PEONA - SUS foi constituída de forma escalonada até dezembro/2022.

Para a constituição da PEONA – SUS, a operadora passou a utilizar-se dos valores informados pelo site da ANS para fins de constituição e contabilização da referida provisão. Em 31 de dezembro de 2022, calculada através da metodologia da ANS, o valor provisionado da PEONA – SUS é de R\$ 1.139.933,19 (valor Integral), representando 100% da provisão exigida para esta data (em 2021 R\$ 559.316,80), sendo que o valor mínimo exigido está garantido por ativos vinculados através de fundos dedicados para esse fim.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pelas RN's ANS nº 526/2022, 521/2022, RN 393/2015 e suas alterações posteriores:

Capital Regulatório (RN 526/2022):

As operadoras deverão manter, a qualquer tempo, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), equivalente ou superior ao capital regulatório, sendo que o PLA corresponde ao Patrimônio Líquido ou Social da operadora, ajustado por efeitos econômicos regulamentados na RN 526/2022.

Até 31 de dezembro de 2022 a apuração do Capital Regulatório deverá considerar o maior entre os seguintes valores: a) o Capital Base; b) a Margem de Solvência, ou c) o Capital Baseado em Riscos (CBR).

a. Capital Base

Calculado a partir da multiplicação do fator variável 'K' pelo capital de referência, ambos obtidos no Anexo I da RN nº 526/2022, sendo o capital de referência (atualmente R\$ 10.883.087,01 – em 2021 R\$ R\$ 9.726.594,88) atualizado anualmente pela variação do IPCA acumulada nos últimos doze meses, tomando-se por base o mês de junho de cada ano, cujos valores atualizados serão divulgados no mês de julho de cada ano no site da ANS.

O Capital da OPS em 31/12/2022 excede ao valor do Capital Base exigido pela Norma Técnica.

b. Margem de solvência

Regulamentada atualmente pela RN 526/2022 da ANS corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos, superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.

A Margem de Solvência total da operadora, calculada nos termos do art. 5º da RN 526/2022, para a data-base em 31/12/2022 é de R\$ 22.363.308,21, o que representa 100% da exigência. Entretanto, a operadora optou pela utilização antecipada de capital baseado em riscos para fins de apuração do capital regulatório, com benefício do congelamento do percentual de exigência da margem de solvência em 75%, desta forma, a Margem de Solvência em 31/12/2022 corresponde

a R\$ 16.772.481,16.

O Patrimônio Líquido da operadora com os ajustes econômicos requeridos (PLA) é de R\$ 41.730.327,38, estando suficiente em relação ao total exigido pela ANS.

Quadro demonstrativo da apuração da Margem de Solvência (M.S.):

Margem de Solvência	2022	2021
A - 0.20 das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses	19.438.561,92	18.824.959,67
B - 0.33 da média de eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses	22.363.308,21	20.822.070,66
C - Margem de Solvência (maior entre A e B)	22.363.308,21	20.822.070,66
D - M.S. parcela mínima 2022 – 75,00%	16.772.481,16	15.616.552,99
PLA - Patrimônio Líquido Ajustado	41.730.327,38	37.898.690,95
E = M.S exigida 75% Versus Patrimônio Líquido Ajustado (PLA - D)	24.957.846,22	22.282.137,96
F = M.S exigida (100% caso não tivesse optado pela adoção antecipada do CBR) Versus Patrimônio Líquido Ajustado (PLA - C)	19.367.019,17	19.293.730,67

c. Capital Baseado em Riscos - CBR

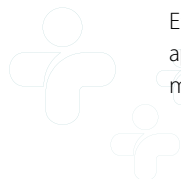
Regulamentado pelo art. 7º da RN 526/2022 o Capital Baseado em Riscos é a regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Com base na estimativa destes riscos a necessidade de capital da operadora (CBR) em 31/12/2022 é 12.880.962,45.

O capital regulatório das operadoras, a ser apurado mensalmente a partir de janeiro de 2023, deve ser equivalente ao maior montante entre o capital base e o capital baseado em riscos, destacando que, a partir de 1º de janeiro de 2023, a regra da margem de solvência deixa de ser utilizada, passando a valer a regra do Capital Baseado em Riscos (CBR) para a exigência do Capital Regulatório aplicável as Operadoras de Planos de Saúde.

Ativos Garantidores (RN 521/2022):

Conforme art. 2º da RN 521/2022, a totalidade do valor constituído das provisões técnicas deverá, obrigatoriamente, ser lastreada por ativos garantidores, com as exceções previstas em seu Parágrafo Único, sendo que todos os ativos garantidores da operadora se encontram vinculados à ANS por meio de centrais de custódia e/ou fundos de investimento dedicado ao setor de saúde suplementar, e, cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia, conforme a regulamentação do sistema de saúde suplementar, e são suficientes para fazer frente às provisões técnicas para as quais são requeridos.





17. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	2022	2021
Contraprestação Pecuniária/Prêmios Recebidos Antecipadamente (a)	68.393,01	63.752,02
Despesas com Serviços Prestados por Terceiros a Pagar (b)	48.224,85	0,00
Pronto Atendimento Digital (c)	2.665,00	0,00
Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde	119.282,86	63.752,02

- (a) Contraprestação Pecuniária recebida antes da decorrência do período de cobertura do risco;
- (b) Valores a pagar referente a despesas com saúde ocupacional e aluguel de equipamentos;
- (c) Valores a pagar referente a despesa de manutenção do sistema online para o serviço de pronto atendimento digital;

18. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	2022	2021
Hospitais	0,00	42.700,00
Clínicas e Institutos	0,00	2.682,37
Fornecedor SOS Unimed a Pagar	76.271,49	0,00
Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Assistência à Saúde	76.271,49	45.382,37
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	2.882,37	24.945,83
Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde	79.153,86	70.328,20

Refere-se a valores a pagar para rede credenciada, os quais não possuem vinculação direta com o custo do beneficiário.

19. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

a) Quadro resumo:

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2022	2021
COFINS a Recolher	144.282,17	91.692,61
PIS a Recolher	23.435,86	14.890,07
Contribuições: PIS COFINS E CSSL - PCC	118.828,13	121.197,64
ISS a Recolher	173.234,02	127.233,00
ISS a Recolher - Outros Municípios (*)	363.079,25	899.085,20
ISS Retido na Fonte	165.987,25	182.870,30
Saldo Negativo de ISS a Recuperar	3.016,22	5.213,83
IR Retido na Fonte	60.137,00	67.968,75
INSS a Recolher	39.235,88	33.762,32
FGTS a Recolher	13.694,27	9.092,71
IR a Recolher - IRPJ	5.870.490,98	2.816.383,22
(-) Antecipação de IRPJ	(5.544.302,90)	(1.862.477,20)
Contribuição Social a Recolher - CSLL	2.133.079,07	1.062.533,34
(-) Antecipação de CSLL	(1.915.242,99)	(643.919,68)
Multa Pecuniária ANS	0,00	144.000,00
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	1.648.954,21	3.069.526,11
Curto Prazo	1.648.954,21	3.069.526,11
Longo Prazo	0,00	0,00
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	1.648.954,21	3.069.526,11

(*) Desde de junho de 2017 até maio de 2018, devido a alteração na LC nº 157/2016 (recolhimento do ISS no município tomador do serviço), e devido os municípios interessados, até o momento, não terem alterados os seus códigos tributários, a operadora realizou as provisões para ISS a Recolher - Outros Municípios com base na melhor estimativa, as quais vêm sendo atualizadas com juros e multas, bem como sendo dado as tratativas equivalentes à prescrição, à medida que aguardamos os trâmites legais. Neste exercício foi revertido o montante de R\$ 544.746,95 relativo aos períodos de 2017 até então provisionados e atualizados, restando provisionados os períodos de janeiro à maio de 2018 aos quais no ano sofreram atualizações no montante de R\$ 8.741,00. Após esta data a operadora vem recolhendo o total do tributo calculado para a Prefeitura de Teresina.



20. DÉBITOS DIVERSOS

Segue quadro resumo de saldos:

Débitos Diversos	2022	2021
Salários a Pagar	87.971,61	55.715,34
Prov. P/Férias a Pagar	105.539,46	86.752,41
Prov. Encargos s/Férias a Pagar - INSS	28.284,64	23.249,67
Prov. Encargos s/Férias a Pagar - FGTS	8.410,08	6.877,27
Fornecedores de Bens	0,00	6.372,90
Fornecedores de Serviços	108.337,30	250.996,56
Total Curto Prazo	338.543,09	429.964,15
Fornecedores de Bens	0,00	0,00
Total Longo Prazo	0,00	0,00
Total Débitos Diversos	338.543,09	429.964,15

21. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Segue quadro resumo de saldos:

PROVISÕES	2022	2021
Provisão para Ações Tributárias (a)	653.593,00	1.776.812,41
Provisão para Ações Cíveis (b)	20.612,14	74.014,60
Provisão para Ações Trabalhistas - Piso Enfermagem (c)	37.903,45	0,00
Total de provisões para Longo prazo	712.108,59	1.850.827,01

A seguir representamos quadro resumo de Movimentações das Provisões para Ações Judiciais:

PROVISÕES	2021	Adições		Baixas			Por Reclassificação	2022
		Por Provisão (valor Principal)	Por Provisão (Despesa)	Por Pagamento	Por Reversão (Valor Principal)	Por Reversão (Despesa)		
Provisão para Ações Tributárias (a)	1.776.812,41	0,00	235.135,15	(10.679,08)	(928.867,66)	(496.665,54)	77.857,72	653.593,00
Provisões para Ações Cíveis (b)	74.014,60	0,00	44.142,14	(19.686,88)	0,00	0,00	(77.857,72)	20.612,14
Provisão para Ações Trabalhistas - Piso Enfermagem (c)	0,00	0,00	37.903,45	0,00	0,00	0,00	0,00	37.903,45
Total de provisões de Longo prazo	1.850.827,01	0,00	317.180,74	(30.365,96)	(928.867,66)	(496.665,54)	0,00	712.108,59

a) Provisão para Ações Tributárias

a1) IRPJ e CSLL

Em 2017 houve o contingenciamento para IRPJ e CSLL, oriundos de um lançamento de crédito tributário municipal (R\$ 2.262.973,40), referente a uma restituição de ISS gerado pela prefeitura municipal de Teresina a favor da operadora, sendo que a provisão constituída desde o exercício de 2017 teve data prescricional em 2022, sendo assim, seu saldo acumulado, no montante de R\$ 1.425.533,20 foi revertido nas rubricas contábeis conforme sua formação, tendo assim em 31/12/2022 um saldo de R\$ 0,00 (R\$ 1.338.776,96 em 2021).

a2) Ressarcimento ao SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. O Intermed em 2020 iniciou o provisionamento de juros sobre os valores de ABI's (aviso de beneficiários identificados) que estão em trâmites com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, totalizando R\$ 193.808,16 em 31/12/2022 (183.637,85 em 2021).

a3) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Operadora sofreu notificações pela Prefeitura Municipal de Teresina - PMT, referente a diferença de recolhimento do ISSQN cujos lançamentos conforme extrato de débitos da PMT totalizam R\$ 10.472.118,10 com as respectivas atualizações, correspondentes a 4 autos de infração (R\$ 8.557.346,31), 6 lançamentos avulsos ISSQN NLD (R\$ 1.914.565,85) e 1 lançamento de TLLF (R\$ 205,94).

Estas notificações estão sendo contestadas administrativamente pela assessoria jurídica, por entender que não correspondem a realidade do débito, uma vez que envolvem aplicação de "índice de dedução" sem previsão legal, cobrança de valores já retidos, pedido de compensação de créditos, aplicação de multas (R\$3.472.105,65) em desacordo com a legislação municipal, que é a extinção de débitos já quitados por pagamento e/ou compensações antes da emissão do auto de infração e ainda cobranças em duplicidade, que são oriundas dos lançamentos NLD no total de R\$ 1.914.565,85 (os períodos de competências dos lançamentos NLD são iguais aos períodos fiscalizados nos autos) aos quais foram lançados equivocadamente pelo ente municipal, uma vez que, o não recolhimento do imposto deu-se devido à compensação de crédito tributário existente a favor desta Operadora. Ressaltamos que os débitos lançados estão em suspensão administrativa para que sejam baixados após conciliação, que deve ser realizada entre os débitos e créditos tributários existentes, que por sua vez, estão pendentes em razão da tramitação de processos administrativos de ações fiscais cujos lançamentos não foram definitivamente constituídos.

Na discussão do auto de infração nº 2018/00510, ao qual trata das apurações do ISSQN próprio para os períodos de competências de 07/2017 à 05/2018, cujo valor atualizado é de R\$ 2.435.238,77 (principal e multa conforme extrato de débito), há compensações efetuadas pela operadora, bem como valores retidos, que não foram considerados pelo fisco municipal, sendo que, na análise deste, em relação aos valores cobrados versus valores devidos ao nosso entendimento, poderia resultar um valor residual de R\$ 254.397,60 (valor original), para os quais de forma prudente foi constituída provisão contábil e efetuado atualizações mensais que em 31/12/2022 totalizam R\$ 381.927,12. Entretanto após a impetração de recurso voluntário contra a decisão de 1ª instância de nº 088/2022, concluímos que esta OPS teria era um crédito/saldo positivo de R\$ 60.428,26 junto a PMTE, equivalente ao confronto dos débitos e créditos tributários dos referidos períodos, entretanto, de forma conservadora manteve a provisão já constituída.

a4) Execuções Fiscais ANS e Outras

A operadora constitui provisão para ações de execuções fiscais ANS e outras, classificada no Passivo Exigível a Longo Prazo, que corresponde ao total dos processos classificados como Provável Perda acrescida ainda dos demais processos em andamento para os quais foi efetuado depósito judicial, a seguir demonstrado:

Número de Ações	Tipo de Ação	Causar de Pedir	Valor Provisionado
4	Execução Fiscal (ANS)	Não envio das informações referente a TSS	74.014,60
1	Execução Fiscal (Outras)	Cobrança de Anuidade pelo CRO	3.843,12
Total			77.857,72

b) Provisão para Ações Cíveis

A operadora constitui provisão para ações judiciais, classificada no Passivo Exigível a Longo Prazo, que corresponde ao total dos processos classificados como Provável Perda acrescida ainda dos demais processos em andamento para os quais foi efetuado depósito judicial, a seguir demonstrado:

Número de Ações	Tipo de Ação	Causar de Pedir	Valor Provisionado
3	Ação Cível	Suspensão Plano de Saúde	20.612,14
Total			20.612,14

c) Provisão para Ações Trabalhistas – Piso Nacional para Classe de Enfermagem

A operadora de forma prudente e seguindo recomendações jurídicas constituiu provisão para ações trabalhistas, classificada no Passivo Exigível a Longo Prazo, que correspondem as diferenças de salários e encargos sociais incidentes, calculados a partir dos valores atuais determinados pelas convenções e ou acordos coletivos de cada categoria e os valores de piso salarial nacional para a classe de enfermagem determinados pela lei 14.434 de agosto de 2022 (PL 2564/20) atualmente suspensa por liminar do STF.

Segue quadro demonstrativo:

Quantidade	Categoria	Descrição	Valor Provisionado
1	Enfermeiro	Provisão PL 2564/2020 - Piso Enfermagem - Salários	24.104,80
2	Téc. de Enfermagem	Provisão PL 2564/2020 - Piso Enfermagem - Encargos Sociais	13.798,65
Total			37.903,45

Já para as ações cíveis que envolvem a Intermed, e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível perda estão resumidas no quadro a seguir:

Tipo da Ação	Causar de Pedir	Probabilidade de Perda	Número de Ações 2022	Valor Estimado 2022	Número de Ações 2021	Valor Estimado 2021
Ação Cível	Indenizações por Danos Morais/Materiais/Negativa de Cobertura/Reestabelecimento de plano entre outras.	Possível	58	385.681,86	25	151.200,00
Total			58	385.681,86	25	151.200,00

d) Desembolsos futuros das contingências

Não é possível informar com suficiente segurança o prazo para desembolso financeiro das contingências tributárias, trabalhistas ou fiscais.

22. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS**22.1 - CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social está dividido em quotas entre a Unimed Teresina e a Unimed Piauí, conforme demonstrado abaixo:

Empresa	Participação (%)	R\$
Unimed Teresina	99,56%	1.058.145,22
Unimed Piauí	0,44%	4.676,42
Total do Capital Social	100,00%	1.062.821,64

22.2) RESERVAS**a) FUNDO DE RESERVA**

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da operadora, possuindo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 50.195,35 (R\$ 50.195,35 em 2021).

b) RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da operadora com contingências, possuindo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 866.446,29 (R\$ 886.446,29 em 2021).

c) RESERVA DE REAVLIAÇÃO

Refere-se à reavaliação de ativos, possuindo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 6.919,94 (R\$ 6.919,94 em 2021).

23. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No curso do ano-calendário de 2022 a Operadora Intermed reconheceu na sua escrituração contábil ajustes de exercícios anteriores, decorrentes de fatos contábeis ocorridos nos exercícios de 2021 e que não reconhecidos nas datas oportunas.

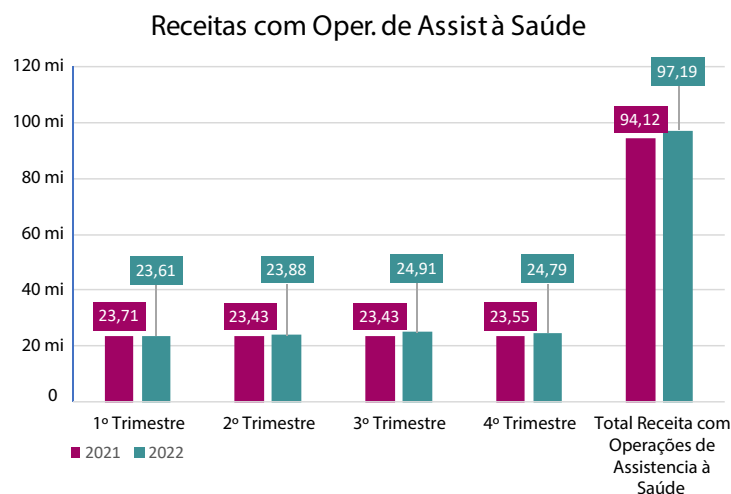
No corrente ano o lançamento de Ajuste de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 84.483,71 originou-se devido a revisão dos critérios de apuração para a contribuição social INSS, no que tange a formação da sua base de cálculo em reflexo a parte patronal, RAT (riscos ambientais do trabalho) e outras entidades (sistema S) sobre as rubricas de descontos de plano de saúde e vale transporte, bem como sobre as rubricas de proventos de salário maternidade e gratificações. A adequação da base de cálculo gerou diferença entre os valores devidos de INSS versus recolhidos, suscitando assim a créditos previdenciários para a Operadora.

24. RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A receita de contraprestação/prêmio é reconhecida mensalmente, de acordo com o período de vigência decorrido do contrato. Para cada período de risco coberto pela operadora, realizamos o reconhecimento da receita.

A seguir representamos, de forma trimestral, a evolução das receitas com operações de assistência à saúde.

Receitas com Oper. de Assist. à Saúde	2022	2021
1º Trimestre	23.612.079,50	23.706.064,12
2º Trimestre	23.876.682,53	23.433.596,37
3º Trimestre	24.911.692,82	23.434.582,77
4º Trimestre	24.792.354,75	23.550.555,10
Total Receitas com Oper. de Assist. à Saúde	97.192.809,60	94.124.798,36



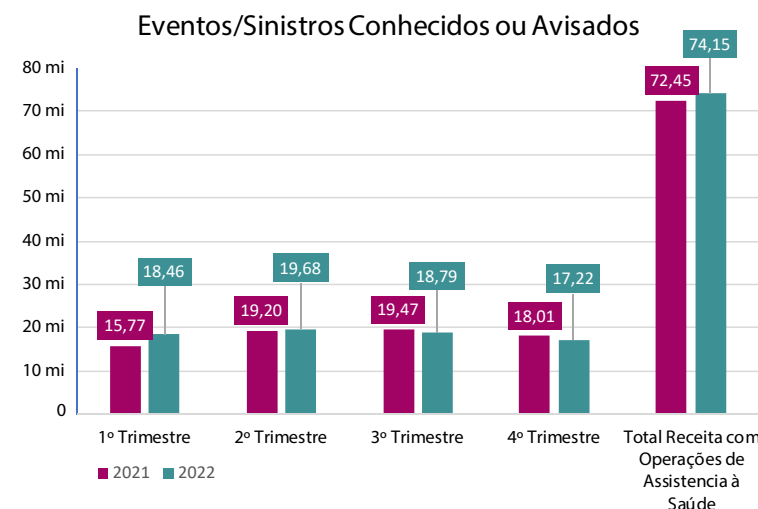
25. EVENTOS E SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

Eventos são todas as despesas incorridas com o beneficiário do plano comercializado ou disponibilizado pela operadora para cobertura de riscos que possam comprometer a saúde dos beneficiários.

A despesa na contabilidade é registrada quando incorrida, independentemente do pagamento, esse momento é o que se denomina registro contábil pelo regime da competência.

A seguir representamos, de forma trimestral, a evolução dos eventos e sinistros conhecidos ou avisados da operadora:

Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	2022	2021
1º Trimestre	18.456.335,23	15.766.344,58
2º Trimestre	19.678.961,50	19.203.260,82
3º Trimestre	18.786.329,90	19.470.709,92
4º Trimestre	17.224.085,95	18.009.928,31
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	74.145.712,58	72.450.243,63



26. RECEITAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS A PLANOS

As receitas com operações de assistência à saúde não relacionadas a planos são reconhecidas mensalmente, de acordo com a competência do faturamento. Tais receitas tratam-se de serviços de urgência e emergência pré-hospitalar móvel, oferecidos pelo SOS Unimed.

A seguir representamos as receitas de assistência à saúde não relacionadas a planos:

Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora	2022	2021
Receitas com Prestação de Serviços - SOS Unimed PF	315.910,20	224.276,10
Receitas com Prestação de Serviços - SOS Unimed PJ	1.275.317,36	257.388,18
Total Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. a Planos	1.591.227,56	481.664,28

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS A PLANOS

As outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas a planos são reconhecidas conforme regime de competência.

A seguir representamos as receitas de assistência à saúde não relacionadas a planos:

Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora	2022	2021
Despesas com Prestação de Serviços - SOS Unimed	1.602.879,32	1.597.502,65
PPSC de Operações Não Relacionadas com Plano de Saúde	7.204,96	(12.065,60)
Outras Despesas Operacionais	0,00	(1.170,00)
Total Outras despesas de Assist. à Saúde Não Relac. a Planos	1.610.084,28	1.584.267,05

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2022	2021
Despesas com pessoal próprio (i)	2.032.564,85	1.648.983,74
Despesas com serviços de terceiros (ii)	3.549.519,07	1.656.741,62
Despesas com localização e funcionamento (iii)	2.727.724,16	901.208,32
Despesas com publicidade e propaganda	798.356,43	614.029,88
Despesas com tributos	207.505,10	570.905,98
Despesas administrativas diversas	90.481,83	14.935,69
Total	9.406.151,44	5.406.805,23

(I) Salários e ordenados e benefícios para colaboradores e seus encargos sociais sobre folha de pagamento;

(II) Serviços de terceiros, relativo a trabalhos advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;

(III) Utilização e manutenção das instalações da Intermed, tais como: energia, água, segurança, alugueis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente;

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Outros benefícios de empregados: a operadora efetuou despesas de benefícios a empregados no exercício de 2022, conforme quadro abaixo:

BENEFÍCIOS	2022	2021
Programa de Alimentação ao Trabalhador	251.650,93	217.169,78
Assistência Médica a Colaboradores	604,00	2.161,90
Total	252.254,93	219.331,68

30. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2022	2021
Receitas Financeiras	6.239.440,17	1.020.165,93
Receitas com aplicações financeiras	5.505.812,98	339.645,89
Receitas por recebimento em atrasos	405.465,78	383.540,76
Receitas financeiras diversas	328.161,41	296.979,28
Despesas Financeiras	483.729,50	336.061,74
Descontos concedidos	71.845,13	32.978,53
Despesas por pagamento em atraso	40.470,44	152.643,78
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	233.197,07	1.675,87
Despesas financeiras diversas	138.216,86	148.763,56
Resultado Financeiro Líquido	5.755.710,67	684.104,19

31. PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

PROVISÕES IMPOSTOS SOBRE LUCRO	2022	2021
(=) Lucro antes do IRPJ e CSLL	12.491.570,79	8.843.206,99
(+) Adições	1.455.567,08	1.833.237,03
(-) Exclusões	(413.161,82)	(547.246,23)
Base de Cálculo antes do prejuízo fiscal	13.533.976,05	10.129.197,79
(-) Compensação de prejuízos fiscais	0,00	0,00
Base de Cálculo depois da compensação de prejuízo fiscal	13.533.976,05	10.129.197,79
IRPJ – 15% + (10% o que for superior a R\$ 240.000,00)	3.359.494,01	2.508.299,45
(-) IRPJ - Reversão de Contingência/Prescrição (*)	(988.377,18)	0,00
Saldo IRPJ no exercício	2.371.116,83	2.508.299,45
CSLL – 9%	1.218.057,84	911.627,80
(-) CSLL - Reversão de Contingência/Prescrição (*)	(393.388,84)	0,00
Saldo CSLL no exercício	824.669,00	911.627,80
Total de Impostos sobre o Resultado	4.577.551,86	3.419.927,25

(*) As reversões de tributos sobre resultado realizadas no exercício de 2022 referem-se a IRPJ e CSLL prescritos, respectivamente de R\$ 305.386,25 e R\$ 147.512,11 de competências de dezembro de 2016. Bem como reversões de contingências constituídas em 2017, as quais tiveram como base de cálculo um crédito tributário municipal de ISSQN no valor R\$ 2.731.963,72, lançado a favor desta Operadora no referido ano pela PMTE. Os valores das reversões de contingências foram de R\$ 682.990,93 para IRPJ e R\$ 245.876,73 para CSLL.



32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A entidade realizou transações com partes relacionadas em condições equivalentes aquelas usualmente praticadas no mercado.

A Intermed manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

Empresa	Relação	2022	2021	2022	2021
		Passivo	Passivo	Receitas / (Custos/despesas)	Receitas / (Custos/despesas)
Unimed Teresina (Hospital) - (a)	Controladora	948.357,13	367.967,14	(24.480.257,57)	(21.996.319,48)
Unimed Teresina (Hospital) - Estoque (b)	Controladora	0,00	0,00	(27.098,19)	0,00
Unimed Teresina (Unihome) - (c)	Controladora	211.790,00	77.863,88	(1.008.176,21)	(595.943,81)

(a) O valor dos custos refere-se à prestação de serviços relacionados às atividades médicas prestadas pelo Hospital Unimed Teresina, e o valor do passivo refere-se ao saldo a pagar para a empresa controladora decorrente da prestação do serviço.

(b) O valor das despesas refere-se à dispensação de material de expediente realizadas pelo Hospital Unimed Teresina, não tendo saldo a pagar resultante desta transação no referido exercício.

(c) O valor dos custos refere-se à prestação de serviços de home Care prestadas pela Unimed Teresina (filial Unihome), e o valor do passivo refere-se ao saldo a pagar para a empresa controladora decorrente dessa prestação do serviço.

UNIMED TERESINA – HOSPITAL

A) Transações com Partes Relacionadas	Despesa com Prestação de Serviços	2022	2021
	Valor Faturado pelo Hospital Unimed Teresina	24.480.257,57	21.996.319,48
	(-) Impostos Retidos na Fonte	(669.879,53)	(610.523,92)
	(=) Valor Líquido a Pagar	23.810.378,04	21.385.795,56
	(-) Valores Pagos	(22.862.020,91)	(21.017.828,42)
	(=) Valores a Pagar	948.357,13	367.967,14

B) Transações com Partes Relacionadas	Despesa com Prestação de Serviços	2022	2021
	Valor Faturado pelo Hospital Unimed Teresina	27.098,19	0,00
	(-) Impostos Retidos na Fonte	812,89	0,00
	(=) Valor Líquido a Pagar	26.285,30	0,00
	(-) Valores Pagos	(26.285,30)	0,00
	(=) Valores a Pagar	0,00	0,00

UNIMED TERESINA – UNIHOME

C) Transações com Partes Relacionadas	Despesa com Prestação de Serviços	2022	2021
	Valor Faturado pela Unimed Teresina (Unihome)	1.008.176,21	595.943,81
	(-) Impostos Retidos na Fonte	(48.977,77)	(31.861,94)
	(=) Valor Líquido a Pagar	959.198,44	564.081,87
	(-) Valores Pagos	(747.408,44)	(486.217,99)
	(=) Valores a Pagar	211.790,00	77.863,88

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima a do balanço.

b) Fatores de risco

A Intermed apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito;

Advém da possibilidade de a operadora não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a operadora adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a operadora dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a entidade honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a OPS adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros



O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a entidade estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a OPS adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4) Risco operacional;

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da operadora e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Intermed.

O objetivo da operadora é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da operadora para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- *exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;*
- *exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;*
- *cumprimento de exigências regulatórias e legais;*
- *documentação de controle e procedimentos;*
- *exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;*
- *exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;*
- *desenvolvimento de planos de contingências;*
- *treinamento e desenvolvimento profissional;*
- *padrões éticos e comerciais.*

b5) Risco da gestão da carteira de investimentos.

A operadora limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

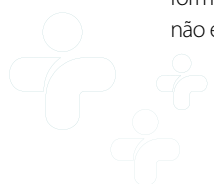
34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Agosto de 2022 a área de Compliance do Grupo Unimed Teresina, do qual a operadora é empresa controlada, recebeu denúncia envolvendo membro da alta administração, que ocupou cargo em mandato anterior, sobre possível favorecimento de um terceiro e suas empresas, na comercialização de produtos da operadora e prestação de outros serviços a esta, a partir da qual, a área de Gestão de Riscos e Compliance do Grupo Unimed Teresina, iniciou averiguação interna da pertinência da denúncia, e após, avaliação, foi determinada pelo Conselho de Administração a instauração de Comissão Especial de Ética, e a contratação de empresa externa especializada em Compliance e Governança, a qual emitiu Relatório de Conclusão da Investigação - RCI em caráter confidencial, concluindo pela procedência da denúncia, apresentado ao Conselho de Administração na data de 16 de fevereiro de 2023. Após análise deste documento, considerando que a denúncia trata de desvio ético e foi classificada como Conflito de Interesses, este Conselho encaminhou a denúncia ao Conselho Técnico da Cooperativa Unimed Teresina para abertura de processo administrativo disciplinar (PAD) em face do cooperado denunciado, dando adequada oportunidade para apresentação de defesa e contraditório, bem como, deu ciência do ocorrido aos seus cooperados por meio de comunicado e realização de Assembleia Geral Extraordinária (A.G.E.) realizada em 07 de março de 2023, sendo que no momento do encerramento das demonstrações contábeis, este processo ainda está em fase de evolução, e não havia sido concluído, tendo sido tomadas também outras medidas em relação aos terceiros envolvidos, destacando ainda que serão tomadas todas as medidas necessárias para garantir o cumprimento de rígidas normas de compliance. Após a conclusão e finalização do processo, será realizada nova A.G.E para dar ciência aos cooperados da Controladora do seu resultado.

Teresina, 31 de dezembro de 2022.

Newton Nunes de L. Filho
Presidente dos Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda
CPF: 616.327.323-00

Josias Fernandes
Contador – CRC
CRC-RS/PI 052209/O





Parecer de **Auditoria**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e sócios da operadora
HOSPITAIS E CLÍNICAS DO PIAUÍ S/S LTDA - INTERMED
Teresina - PI

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da operadora **HOSPITAIS E CLÍNICAS DO PIAUÍ S/S LTDA - INTERMED (entidade)**, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da operadora **HOSPITAIS E CLÍNICAS DO PIAUÍ S/S LTDA - INTERMED** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15, a operadora registrou valores em seu Ativo Intangível a título de contrato de licenças de softwares, entretanto parte dos contratos, cuja estimativa totaliza R\$951.278,20 possuem cláusulas que não atendem a definição de Ativo Intangível, no que se refere à geração de benefícios econômicos futuros, e, portanto, deveriam ter sido reconhecidos como despesa quando incorrido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21 “a3”) a operadora possui notificações por parte da Prefeitura Municipal de Teresina pela insuficiência de recolhimento de Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, relativos aos períodos de Julho de 2017 à Janeiro de 2020, sendo que estas notificações estão sendo contestadas pelos assessores jurídicos, e cujos processos estão em andamento, para as quais foi constituída provisão parcial. Caso a entidade não logre êxito nas demandas administrativas e judiciais, poderá haver reflexo na sua situação patrimonial em exercícios futuros.

Após a data de encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2022 tomamos ciência de uma denúncia envolvendo um membro da alta administração, ocupante de cargo em mandato anterior do Grupo Unimed Teresina, sobre possível favorecimento de terceiros e suas empresas relativos à prestação de serviços, a qual foi encaminhada ao Conselho Técnico do Grupo Unimed Teresina, do qual a operadora é empresa controlada, conforme nota explicativa nº 34 – Eventos Subsequentes, cujo processo administrativo disciplinar até a data da elaboração das demonstrações contábeis não estava concluído, e respectivos efeitos, até então, não foram mensurados, o que só seria possível a partir de investigação aprofundada dos fatos, objeto da denúncia.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

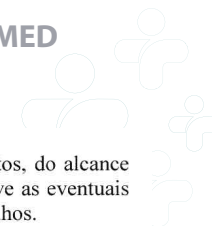
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações



contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Rua República Argentina, 751 - Ponta Aguda - 89050-100 - BLUMENAU - Santa Catarina (47) 3326-7051
e-mail: prospecta@prospectaauditores.com.br - www.prospectaauditores.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau – SC, 15 de março de 2023.

Prospecta Auditores Associados S/S
CRC – SC 4487/O-7 S-PI


Valdecir Kofahl

Sócio Responsável Técnico
Contador – CRC – RS 060.387/O-0 S-PI



Rua República Argentina, 751 - Ponta Aguda - 89050-100 - BLUMENAU - Santa Catarina (47) 3326-7051
e-mail: prospecta@prospectaauditores.com.br - www.prospectaauditores.com.br



Dr. Newton Nunes Filho
Diretor - Técnico - Médico
CRM - PE 2419
ANS - 416398

